

Furo no Orçamento para 90 deixa o Congresso atônito

"O orçamento da crise". E assim que os parlamentares estão chamando os novos orçamentos federais de 1990, que começaram a ser analisados ontem pela Comissão Mista do Congresso, encarregada do assunto. Atônitos, os parlamentares constataram, após um primeiro exame do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, que praticamente todo o dinheiro público no próximo ano destina-se a pagar dívida contraída pelo Governo, nada menos que 60% dos recursos. O que sobra é para pagar pessoal e realizar as transferências constitucionais para Estados e Municípios. Uma outra descoberta dos parlamentares: eles só podem mexer em menos de 20% dos recursos orçamentários.

Apesar disso, as discussões foram bastante acaloradas na Comissão de Orçamento, a partir de um parecer preliminar elaborado pelo relator-geral Eraldo Tinoco (PFL-BA), no qual ele sugere o remanejamento de NCz\$ 450 milhões, faz duras críticas aos orçamentos do Poder Judiciário.

Para não "comprar uma briga" com aquele poder, o Ministério do Planejamento fez um malabarismo bastante condenado pela maioria dos parlamentares da comissão: deixou intocadas as pretensões de recursos do Judiciário, de NCz\$ 3,2 bilhões, mas lançou nas despesas correntes apenas metade desse valor, NCz\$ 1,6 bilhão. O restante

NCz\$ 1,6 bilhão, segundo orientação da Seplan, seriam sacados da reserva de contingência.

Dívida

Segundo o relator Eraldo Tinoco, os encargos da dívida constantes dos orçamentos federais 'demonstram a dramaticidade do quadro das finanças públicas, considerando que, até poucos anos, estas despesas equivaliam aos gastos com pessoal da União, contidas no Orçamento Fiscal. "Ele disse, em seguida, que para cada NCz\$ 1,00 gasto em 1990 com pessoal, o Governo vai gastar NCz\$ 2,37 com os juros da dívida mobiliária interna. Previu ainda que para cada NCz\$ 1,00 da Receita Tributária líquida que fica em poder da União, se prevê um dispêndio de NCz\$ 1,59 dos juros, comissões e serviços da dívida pública mobiliária interna.

De uma despesa total de NCz\$ 338,86 bilhões constantes do orçamento fiscal (NCz\$ 281,84 bilhões) e orçamento da seguridade social (NCz\$ 57,02 bilhões), nada menos que NCz\$ 218,65 bilhões (64,5%) destinam-se ao Serviço da Dívida. Desses NCz\$ 218,65 bilhões, NCz\$ 34,39 bilhões destinam-se ao pagamento de juros e comissões, e NCz\$ 184,26 bilhões à amortização. O nível de rolagem da dívida pública interna é de NCz\$ 180,73 bilhões. Os gastos com pessoal são de NCz\$ 24,2 bilhões (7,1% do total) e as transferências para Estados e Municípios, de NCz\$ 13,7 bilhões (4% do total).